

HOMENAGEM AO MINISTRO PAULO COSTA LEITE*

NILSON VITAL NAVES

Ministro Superior Tribunal de Justiça

Falar do Costa Leite e homenagear o Costa Leite é-me deveras honroso.

Conhecemo-nos no início de 1980. Numa tarde, entrou ele em minha sala, procedente do Palácio. Vinha com o propósito de saber do andamento de processo cuja relatoria a distribuição entregara ao Ministro Leitão de Abreu. Na condição de assessor do Ministro, dei ao visitante as informações necessárias e lhe prestei alguns esclarecimentos. Mas a conversação não ficou por aí, estendeu-se, foi além, continuou; com prazer falamos de outros assuntos. Inevitavelmente, devemos ter falado – e sem dúvida alguma falamos – de assuntos carneluttianos e buzaidianos, até porque estávamos num Tribunal e já era ele – e era há dois ou três anos, vejam bem! – professor de Teoria Geral do Processo e de Direito Processual Civil. Com certeza, também falamos das coisas da República e até propusemos soluções para os males dos Poderes Executivo e Judiciário, devendo mesmo eu ter-lhe mostrado os armários daquele gabinete; em consequência, é bem provável que tenhamos conversado sobre um dos males da Justiça que persiste ainda nos dias correntes, qual seja: o dos armários apinhados de processos.

A conversação terminou por aí; guardei, porém, daquele jovem e já brilhante professor a melhor das impressões. Não é que, pouco tempo depois disso, fomo-nos reencontrar no Palácio, para cujo Gabinete Civil fora eu levado? Depois nos encontramos de novo no Tribunal Federal de Recursos, onde sempre integramos a mesma Seção, o que também aconteceu algum tempo após a instalação do Superior Tribunal de Justiça.

* Palavras proferidas em 7/11/1997, no TSE.



Falar de Costa Leite é falar do combativo, leal e engenhoso advogado que foi das causas dos outros, mas que, para felicidade nossa, continua sendo agora das boas causas da Justiça; é falar de quem, tão jovem, já lecionava processo, de quem, ainda jovem, continua a ensiná-lo nas sessões de que participamos ou a que, quase diariamente, assistimos. Falar de Costa Leite é lembrar que, igualmente jovem, tornou-se, na tarde de 25 de setembro de 1984, o sexagésimo primeiro Ministro do Tribunal Federal de Recursos, cargo a que não só correspondeu, mas também em cujo exercício excedeu a expectativa do nosso Lauro Leitão, que o recebeu na Primeira Seção daquele Tribunal com estas palavras: “Estou certo de que o Sr. Ministro Costa Leite, apesar de jovem, mas mercê de sua cultura jurídica, de seus dotes de inteligência, de seu bom senso, haverá de corresponder à expectativa de todos, no exercício na nobre função judicante.”

Gaúcho de nascimento — “sou gaúcho e me chega para ser feliz no universo”, lembrando-se como ele próprio se lembrou de um poeta dos pagos —; forte na fé — “se tiverdes fé como um grão de mostarda”, e fé não lhe falta —; experiente, prudente e de raciocínio rápido — requisitos socráticos para os bons julgamentos —; mas lutador, briguento e combatente — sempre os bons combates —, Costa Leite busca e procura, como ninguém, a verdade e a justiça. Preocupam-no, desde há muito, as coisas da Justiça: é o que com maior intensidade vem ultimamente pregando aonde vai e por onde anda. Foi com essa preocupação, com esse espírito e inexaurível fé que, nos idos de 1987 e 1988, nos reunimos, quatro ou cinco amigos, principalmente ele, para acompanhar os trabalhos parlamentares, que resultaram numa das melhores criações dos constituintes: o Superior Tribunal de Justiça.

Hoje, pela manhã, li a ata da sessão solene de 25 de setembro de 1984, quando Costa Leite prometeu, ao ser empossado no Tribunal Federal de Recursos, zelar pela guarda das leis, e li também a ata de sua primeira sessão no Plenário daquele inesquecível Tribunal: “Por isso”,



disse lá, naquele momento, “espero em Deus, que tudo pode, jamais despir-me do sentimento do justo na apreciação dos casos submetidos a minha cognição e julgamento”. Daí, fiquei a pensar: se é certo que as leis protegem a todos nós porque todos somos iguais perante elas, é mais certo, no entanto, que somos nós, os juízes, quem as protege; se é certo que os homens fazem a história, não é menos certo e talvez até mais certo que nós, os juízes, fazemo-la em maior grau, exatamente porque compomos um dos três Poderes da União, embora haja quem venha tentando igualar situações desiguais. Se tudo isto é certo, não é menos certo que Costa Leite, mercê de forte, obstinada e enraizada fé, tornou-se, como ninguém, paladino das leis e timoneiro das coisas da Justiça.

Aqui, no Tribunal Superior, já estamos sentindo a sua falta – eu mais do que os outros – porquanto me é cometido o encargo, não sei como, de sucedê-lo na Corregedoria; fica-nos, todavia, a glória de tê-lo tido entre nós, e esta é a glória a que se referia o imortal Machado de Assis, que eleva, honra e consola.

Com o nosso abraço, continue combativo e feliz!

